

Informa Urgente

SINDICATO DOS PROFESSORES DO ENSINO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO

Filiado à **CNT** e **CUT**

PRESSÃO DA APEOESP LEVA À CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES

A questão do emprego, aliada à luta por reajuste e condições de trabalho são pontos fundamentais da pauta de reivindicações da APEOESP. Nossa perspectiva também é do direito dos estudantes a ensino de qualidade, o que não ocorre se faltam professores e se a categoria não é valorizada.

O governo Alckmin vem fechando classes, superlotando salas de aula e aumentando absurdamente a jornada de trabalho dos professores que estão na rede estadual de ensino, ao mesmo tempo em que mantém congelados nossos salários há quase três anos.

Decreto do governador proíbe desde 2015 novas contratações de professores, o que só pode ser feito mediante expressa autorização do Palácio dos Bandeirantes. Alckmin, assim, antecipou-se a medidas que o governo golpista de Michel Temer vem tomando em âmbito federal. Nós temos lutado permanentemente contra este decreto. Infelizmente, não conseguimos na justiça sua revogação, mas nossa pressão vem garantindo a continuidade das chamadas de professores concursados (PEB I e PEB II) e, em 2016, conseguimos a abertura do cadastro emergencial para contratação de 2 mil professores.

Agora, novamente, após muita pressão, a SEE vai contratar 500 PEB I e 265 PEB II, para suprir necessidades imediatas da rede. Temos consciência de que esse número é muito pequeno diante da falta de professores existente na rede e da cruel sobrecarga de trabalho sobre os professores e as professoras que estão atuando.

Vamos continuar lutando e pressionando para que melhorem as condições contratuais e de trabalho de

toda a categoria, com a aplicação da jornada do piso, efetivação de todos os professores concursados e nova forma de contratação para temporários, com direitos equivalentes dos professores efetivos, como determina a estratégia 18.20 do Plano Estadual de Educação.

O ponto central da nossa pauta no momento continua a ser o reajuste salarial de 23,42%, na perspectiva do cumprimento da Meta 17 do PEE que, entre outras medidas, estabelece na sua estratégia 17.1 a equiparação salarial com demais profissionais com formação equivalente.

Leia abaixo a íntegra da nota publicada no Diário Oficial do Estado, Executivo, Seção 1, Despachos do Governador:

“ No processo SE-59-16 (CC-46.996-16), sobre autorização para a contratação por tempo determinado: "A vista dos elementos de instrução do processo, com fundamento no inc. X do art. 115 da Constituição do Estado e na LC 1.093-2009, regulamentada pelo Dec. 54.682-2009, autorizo, em caráter excepcional, comprovada a necessidade temporária de excepcional interesse público, a Secretaria da Educação a adotar as providências necessárias para a contratação, por tempo determinado e pelo prazo máximo de 12 meses, de 500 Professores de Educação Básica I e 265 Professores de Educação Básica II, mediante a realização de processo seletivo simplificado que fica autorizada a realizar, observadas as disponibilidades orçamentárias e obedecidos os demais preceitos legais e regulamentares atinentes à espécie. ”

APEOESP INGRESSARÁ COM AÇÕES INDIVIDUAIS PARA PROFESSORES READAPTADOS

O desembargador responsável pelo processo coletivo da APEOESP reconsiderou decisão liminar anteriormente expedida para suspender a mudança obrigatória de sede de exercício dos professores readaptados considerados excedentes.

A decisão ainda não é definitiva e poderá ser revista pela Sexta Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça, no julgamento do recurso interposto pela APEOESP.

Entretanto, os professores prejudicados poderão ingressar com mandado de segurança individual para impedir a mudança compulsória da sede de exercício, pois a imposição da Secretaria da Educação fere o artigo 100 do Estatuto do Magistério (LC 444/85).

O professor interessado poderá procurar o departamento jurídico da Subsele mais próxima ou a Sede Central, munido dos documentos necessários para a impetração de mandado de segurança individual, que são os seguintes:

- Procuração, autorização e declarações, cujos impressos podem ser obtidos na Subsele da APEOESP ou na Sede Central;

- Cópia simples do RG e CPF;
- Cópia simples da publicação no Diário Oficial da fixação da sede de exercício;
- Cópia simples da classificação no processo de mudança compulsória da sede de exercício;
- Cópia simples da convocação para escolha da nova sede de exercício;
- Documento comprobatório da atribuição da nova sede de exercício (no caso em que já ocorreu a atribuição);
- Publicação da readaptação e/ou do último despacho de manutenção da readaptação no Diário Oficial ou do relatório extraído do sítio eletrônico do DPME – www.dpme.saude.sp.gov.br;
- Cópia do Rol de atribuições de readaptado;
- Atestado médico para o caso de dificuldade de locomoção para a nova sede;
- Pagamento da taxa de R\$ 80,00.

Professora Maria Izabel Noronha é reeleita Presidenta da APEOESP

Chapa 1 vence eleições realizadas em todo o Estado

Participação da categoria fortalece o Sindicato

Com 51,66% dos votos válidos, a Chapa 1, presidida pela professora Maria Izabel Azevedo Noronha, Bebel, venceu as eleições da APEOESP. Pelo critério de proporcionalidade adotado pelo Sindicato, também comporá a Diretoria a Chapa 3, que obteve 36,65% dos votos válidos. A Chapa 2, com 8,63% dos votos depositados nas urnas não obteve o percentual mínimo de 10% para compor a diretoria.

Agradecemos a participação da categoria no processo realizado democraticamente em todas as regiões do Estado. Os professores e professoras votaram de forma direta e secreta em urnas que percorreram as mais de cinco mil escolas em todo o estado de São Paulo.

O mandato da diretoria eleita, bem como dos conselheiros e das conselheiras estaduais e regionais, também eleitos no mesmo processo, terá a duração de três anos, de 2017 a 2020.

Convém destacar que a direção ora eleita tem como tarefa primordial continuar liderando a luta da categoria contra a reforma da previdência e todos os demais ataques do governo ilegítimo de Michel Temer

contra a classe trabalhadora e a educação pública. Da mesma forma, vai prosseguir a campanha salarial e educacional, pressionando o governo do Estado a conceder reajuste emergencial de 23,42%, na perspectiva do cumprimento da Meta 17 do Plano Estadual de Educação (que determina a equiparação salarial com os demais profissionais com formação de nível superior), por melhores condições de trabalho e as demais reivindicações da categoria.

